BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série Diplomacia ao alcance de todos



26

CONCEITO *VERSUS* IDEOLOGIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2009

O autor

Amado Luiz Cervo – Professor emérito da Universidade de Brasília e Pesquisador Sênior do CNPq. Atua na área de relações internacionais e política exterior do Brasil. Seus livros e artigos investigam a história da política exterior e a formação de conceitos brasileiros de relações internacionais, bem como as relações internacionais do Cone Sul e da América Latina, além de publicações sobre relações bilaterais. Informações completas na Plataforma Lattes do CNPq (http://www.cnpq.br/).

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.**
SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

A teoria e o ensino de relações internacionais

Os currículos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado em relações internacionais no Brasil incluem a disciplina de teoria das relações internacionais. Pressupõem que as teorias disponíveis iluminem o objeto de estudo com um *corpus* adequado de conhecimento e preparem os estudantes para compreensão e investigação do objeto.

Com efeito, no estado de desenvolvimento atual, as teorias se atribuem capacidade explicativa universal e pretendem subsidiar a decisão de agentes sociais e dos governos que operam a ação externa das nações, tendendo para uniformização de padrões de conduta em âmbito global. Contudo, as teorias de relações internacionais, se convêm a umas nações, são nocivas e nefastas para outras e para a ordem internacional, caso se considerem com senso crítico possíveis efeitos sobre a formação

nacional e os ordenamentos que regem o sistema internacional.

Armadilhas da teoria

As teorias de relações internacionais são nocivas, porque toda teoria lança raízes na cultura onde é elaborada, carrega os respectivos valores e interesses e propõe decisões unilaterais. São nefastas pela imoralidade de efeitos, já que agem desse modo como armadilhas mentais destinadas a privilegiar a uns e a discriminar a outros, bem como a iludir dirigentes incautos que se movem pelo mundo, abdicando de valores e interesses próprios em favor dos alheios.

Tomemos dois exemplos que, em anos recentes, penetram o ensino de relações internacionais e demonstram a insuficiência congênita das teorias: a estabilidade hegemônica e o choque de civilizações.

A teoria da estabilidade hegemônica de-

termina, com aparato intelectual, que convêm a uma nação adequar seu ordenamento legal interno, sua visão de mundo e seu processo decisório em política exterior aos parâmetros oriundos da potência hegemônica para assegurar com ela a estabilidade do sistema, que a todos convém. De fato, essa formulação intelectual camufla interesses e valores da nação hegemônica, aos quais submete as demais. Exemplo disso é o sucesso do neoliberalismo advogado como via sem alternativa para o mundo após a Guerra Fria, acompanhado pela ascensão dos Estados Unidos como motor e potência única. O exame das relações internacionais das últimas duas décadas evidencia, entretanto, que a teoria da estabilidade hegemônica exibe tanta capacidade explicativa e produz tantos efeitos quanto uma eventual teoria da instabilidade hegemônica. Uma armadilha inconsistente.

A teoria do choque de civilizações, também um sucesso acadêmico como ou-

tras que circulam pelas salas de aula, opõe a superioridade do Ocidente, seus valores, sua qualidade humanista e seus interesses a valores e interesses das demais nações, tidas por inferiores. Inspirou a doutrina das intervenções preventivas, pelas quais a potência hegemônica e seus aliados ocidentais semearam guerras pelo mundo nas últimas duas décadas, além de haver fomentado o conflito entre as nações e combatido a diversidade cultural que torna o mundo aprazível.

Efeitos aleatórios

Vê-se, pois, que as teorias carecem de alcance explicativo universal como produzem efeitos aleatórios quando inspiram o processo decisório. A primeira que citamos, a teoria da estabilidade hegemônica, inspirou ordenamentos internos e condutas externas dos países da América do Sul e de outras regiões, conduziu à deterioração econômica e

social da América Latina na virada do século e à crise financeira global de 2008. A segunda, a teoria do choque de civilizações, suscita o confronto do Ocidente com as demais nações e ameaça diretamente o sistema de valores de vastas culturas históricas, como a cultura brasileira que promove a convivência das diferenças, a pacifista chinesa, a universalista francesa, a cautelosa russa e assim por diante.

A partir do exemplo dessas duas formulações teóricas, um bom exercício acadêmico consistiria em desvendar as armadilhas mentais de cada teoria, uma a uma. Essa tarefa, além de divertida e fácil, contribuiria para desmontar o imperialismo que as teorias exercem sobre o sistema de ensino de relações internacionais do Brasil.

Substituindo teorias por conceitos

A questão que vem à mente, nessas

condições, é óbvia. Existe alguma construção intelectual que possa substituir as teorias e preencher as duas funções que elas exercem, a explicativa e a normativa? Existe, por certo.

À medida que se expandem ensino e pesquisa de relações internacionais pelo mundo, que aparecem novos centros de produção de conhecimento, a postura crítica diante das categorias anglo-saxônicas, que inventaram o campo de estudo e o dominaram por muito tempo, vem elaborando a alternativa para a insuficiência das teorias e substituindo, desse modo, o *corpus* do conhecimento tradicional. As teorias são substituídas pelos conceitos.

As teorias construtivistas apontaram, pelo método, o novo caminho, ao ferir o aparato mental precedente. Mas os conceitos vão além, não manifestam pretensão explicativa universal e carregam, explicitamente, interesses e valores das sociedades onde são

elaborados. Apresentam-se, pois, com legitimidade, sem iludir.

Um dos traços essenciais da formação de conceitos é sua conexão com a experiência histórica, em oposição à teoria, que está mais para a especulação intelectual e para o sectarismo internacional. Nas ciências humanas, não há teoria científica firme, como na física ou na biologia, por isso os teóricos nelas se divertem com suas especulações, mesmo aqueles classificados de realistas. Os conceitos sugerem, pelo contrário, colar o processo reflexivo à base de dados empíricos sobre os quais se assentam, ou seja, colar a atividade cognitiva a um campo restrito de determinada sociedade ou a um conjunto similar de sociedades. Os conceitos são nacionais ou regionais, em sua origem, universais por resultados da equalização.

Suponhamos distintos conjuntos de conceitos aplicados à inserção internacional

do Brasil, da Argentina, da África do Sul, da China, da Índia, da Rússia, além das potências desenvolvidas; ou conjuntos aplicados à África, à América do Sul, aos países árabes e assim por diante. Teríamos outro *corpus* de conhecimento das relações internacionais. Para melhor compreendermos o novo rumo do conhecimento, tomemos alguns exemplos de conceitos brasileiros: o desenvolvimentismo, a cordialidade oficial da diplomacia para com a vizinhança, o universalismo da política exterior, a parceria estratégica, a relação em eixo, a idéia de América do Sul a construir.

O alcance dos conceitos

Os conceitos preenchem as duas funções das teorias: a explicativa e a normativa, já que trazem compreensão ao real e sugerem a decisão. Um conjunto de conceitos, quando somado a outros e mais outros conjuntos, corresponde à operação mental, cujo resultado substitui com vantagem as teorias, das quais apontamos as inconveniências. Equalizar na prática conjuntos de conceitos – a função nobre das diplomacias – conduz à montagem do sistema internacional que respeita valores distintos das culturas e civilizações e realiza distintos interesses das nações.

Os conceitos não se aplicam apenas ao nacional ou ao regional. Se arrancam de uma nação ou região, conduzem, quando articulados e equalizados, ao sistêmico global, tanto em termos cognitivos quanto decisórios. Não é válida, pois, a oposição entre concei-

tos como formulação restrita e teoria como formulação sistêmica.

Tomemos o conceito de dependência, apenas para ilustrar esse pensamento. A *dependência* integra o patrimônio cultural brasileiro, expande-se pela América Latina e alcança as relações internacionais em dimensão planetária, articulando-se, em seu curso, com o paradigma desenvolvimentista.

Esse modo de ver o sistema internacional e de fazer política foi introduzido por Getúlio Vargas nos anos 1930 e conceituado nos anos 1950 pelos economistas da Cepal, quando foi referido às estruturas díspares do sistema internacional, à deterioração dos termos do comércio internacional e à vocação industrial a deduzir da lógica política como práxis necessária. Nos anos sessenta inspirou as teorias da dependência, de projeção latino-americana. Explica a continuidade e a racionalidade da política industrial brasileira, um mecanismo de superação da depen-

dência posto em marcha durante várias décadas. Explica, ademais, as distorções de um protecionismo exagerado e da baixa competitividade sistêmica. Por isso, o paradigma desenvolvimentista entra em crise sob o ciclo neoliberal dos anos 1990 e emerge, depurado pela abertura econômica, a elevação da produtividade nacional e a internacionalização econômica atual. Em suma, levantou o Brasil do subdesenvolvimento para colocá-lo à beira das nações avançadas do sistema econômico.

O exemplo mostra a capacidade que um conceito comporta, tanto para explicar o real quanto para sugerir a decisão adequada. Ademais, o conceito de desenvolvimentismo lança raízes na cultura, nos interesses e nos valores brasileiros. Ilumina o sistema internacional sob o prisma das desigualdades estruturais e subsidia o processo decisório do governo e dos agentes econômicos e sociais que operam externamente com o fim de

superá-las. Quando posto ao lado de outros conceitos que compõem o pensamento político brasileiro, e quando posto ao lado de outros conjuntos de conceitos das diferentes nações, resulta em novo modo de se analisar as relações internacionais e de harmonizar interesses, culturas e decisões em política internacional.

Ao aproximarmos estabilidade hegemônica com desenvolvimentismo, observamos, enfim, que a teoria sugere padrões de conduta que perpetuam as estruturas díspares entre as nações, ao passo que o conceito sugere padrões que busquem estabelecer a igualdade entre elas.

PARA SABER MAIS

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Nuevohacer, 2005.

BADIE, Bertrand. *L'impuissance de la puissance: essai sur les nouvelles relations internationales*. Paris : Fayard, 2004.

BAYLIS, John & Smith, Steve. *The Globalization of World Politics : An introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br